

1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS
AMBIENTE E USOS DO TERRITÓRIO

A Importância da Preservação de Ambientes Rurais no Concelho de Braga

Marta Matos

Licenciada em Geografia e Planeamento, Universidade Minho

1. Introdução

“Nas últimas décadas tem-se assistido a um intenso debate ligado à emergência de graves problemas ambientais e decorrente da tomada de consciência, por vários sectores da sociedade, de incidências e impactes sobre o ambiente, resultantes da concretização de modelos de desenvolvimento baseados predominantemente no crescimento económico” (Saraiva, 1999).

Os principais impactes fizeram-se sentir na utilização exagerada e descontrolada dos recursos naturais, levando tanto à perda da sua qualidade como quantidade, sendo um deles o solo. A utilização incorrecta deste recurso natural está intimamente ligada à (des)organização do território, estando-se mais preocupados na expansão de grandes centros urbanos em áreas periféricas, muitas vezes sem qualidade, levando a uma degradação da paisagem e a uma redução da qualidade de vida.

É deste modo, que se insere o objectivo desta comunicação, pretendendo demonstrar a importância que podem ter as áreas periféricas, predominantemente rurais, para a qualidade de vida dos habitantes de áreas urbanas, servindo de “refúgio” relativamente às cidades lotadas, desorganizadas e sem estética (e muitas vezes sem funcionalidade).

Deste modo, pretendemos apresentar uma série de medidas que poderão contribuir para que haja uma optimização entre expansão urbana e os valores naturais, culturais e sociais.

Para isso, primeiramente iremos fazer uma pequena abordagem teórica acerca da questão principal: preservação dos valores naturais (mais precisamente rurais). Posteriormente, iremos realizar uma caracterização biogeofísica (tendo em conta todos os seus aspectos, sejam eles físicos ou humanos). A realização desta caracterização deve ser elaborada devido a dois motivos. Para se compreender a paisagem é preciso conhecer os seus elementos de forma individual para depois se

chegar ao conjunto, constituindo este o primeiro motivo. O outro, estando directamente ligado, diz respeito à necessidade de primeiramente se conhecer um território e todos os seus elementos, para posteriormente se poder definir as medidas a tomar.

Relativamente à área geográfica estudada (concelho de Braga), esta tem vindo a ser palco de uma série de “experiências urbanísticas” que tendem a assumir uma forma definitiva. A partir da década de 70, com o crescimento demográfico, novas áreas surgiram de forma a colmatar a falta de espaço no interior do espaço urbano. Essa expansão privilegiou as freguesias limítrofes a Sul junto a vias de comunicação e acessos, nomeadamente Ferreiros, Lomar e Nogueira e ainda a freguesia de Gualtar (na parte Este do concelho) devido à criação da Universidade do Minho. Este crescimento focou os seus princípios somente na construção desgovernada e desordenada, sem qualquer noção tanto de qualidade visual e paisagística como de qualidade de vida.

Desta forma, a escolha desta área (cabeceiras do rio Este) deve-se a dois aspectos. Um deles, o facto de este ser um local onde o urbanismo exagerado que a área urbana tem vindo a sofrer, ainda não se faz sentir. Outro, o que consideramos o mais importante, diz respeito às características geofísicas que apresenta, constituindo as cabeceiras do rio principal da cidade: o rio Este (que no local tem a denominação de ribeira de Gualtar).

2. A importância dos ambientes rurais

Nos últimos tempos, temos vindo a assistir a um aumento da população em áreas urbanas. A principal causa deve-se ao facto de ser nestes meios que se concentra a maior quantidade e diversidade de serviços, comércio e outras actividades, logo, mais oportunidades de emprego. Só que este crescimento populacional fez desenvolver uma série de aspectos negativos originado por factores de diversas índoles. De destacar a urbanização excessiva e desordenada, a ocupação e transformação, muitas vezes incorrecta, das áreas periféricas (que por norma são áreas com características rurais), a mudança de relações entre os homens e deste com o meio ambiente. “A pressão sobre o espaço disponível constitui uma forma de agressão ambiental com efeitos nocivos nos equilíbrios ecológicos, no interior e na periferia das cidades, e na saúde pública” (Fadigas, 1993).

Essa pressão conduziu a uma ruptura nas estruturas sociais e culturais com a absorção dos modos de vida urbanos sendo esta uma das causas do aumento dos níveis de stress.

Todo este processo não seria tão controverso e polémico se essa expansão não origina-se tanto uma descaracterização da área como o esgotamento de um recurso natural que tem vindo a ser mal aproveitado: a paisagem.

Tudo isto deve-se à falta de sensibilidade face às questões relacionadas com o planeamento e ordenamento do território em áreas urbanas, onde os aspectos ambientais¹ são esquecidos em prole de interesses económicos.

A reformulação das políticas de planeamento urbanístico não implica o abandono dos valores e desejos da cultura urbana. Simplesmente é preciso estabelecer relações saudáveis entre o modo de vida urbano (associado a tecnologias, oferta variada de serviços e equipamentos, entre outros) e os valores ambientais.

Isso poderá ser conseguido com aproximação dos valores rurais através de práticas de lazer, recreação e/ou turismo relacionadas com educação ambiental e desporto de natureza. Este último aspecto tem vindo a ser observado nos últimos tempos com a procura, por parte dos habitantes das cidades, de espaços naturais de forma a fugir ao stress citadino.

É devido a estes e outros factores que as áreas periféricas dos meios urbanos constituem importantes locais onde os aspectos naturais e as actividades humanas poderão coabitar da melhor maneira, pois podem contribuir para o desenvolvimento (e não crescimento) de todo o concelho (seja área urbana ou rural).

Assim sendo, “a paisagem, nas suas múltiplas formas, mais do que uma expressão visual que retrata a história da acção do homem na ocupação e uso do espaço e do território, é um valor cultural, social e biológico” (Fadigas, 1993) que deve ser preservado e valorizado.

Relativamente à escolha concelho de Braga, este tem vindo a ser palco de uma série de “experiências urbanísticas” que têm vindo a descaracterizar (a todos os níveis, isto é, arquitectónicos, sociais, paisagísticos, entre outros) as áreas periféricas.

¹ De acordo com Partidário (1999) ambiente é “um sistema complexo e dinâmico, constituído por um conjunto de elementos diferentes entre os quais se estabelecem relações de interdependência. Estes elementos são agregados nas componentes física, ecológica, social, económica, institucional e política”

3. Caracterização biogeofísica da área de estudo

A área de estudo compreende 5 freguesias localizadas no quadrante Este do concelho: S.Mamede d'Este, S.Pedro d'Este, Gualtar, Tenões e Espinho (figura 1).

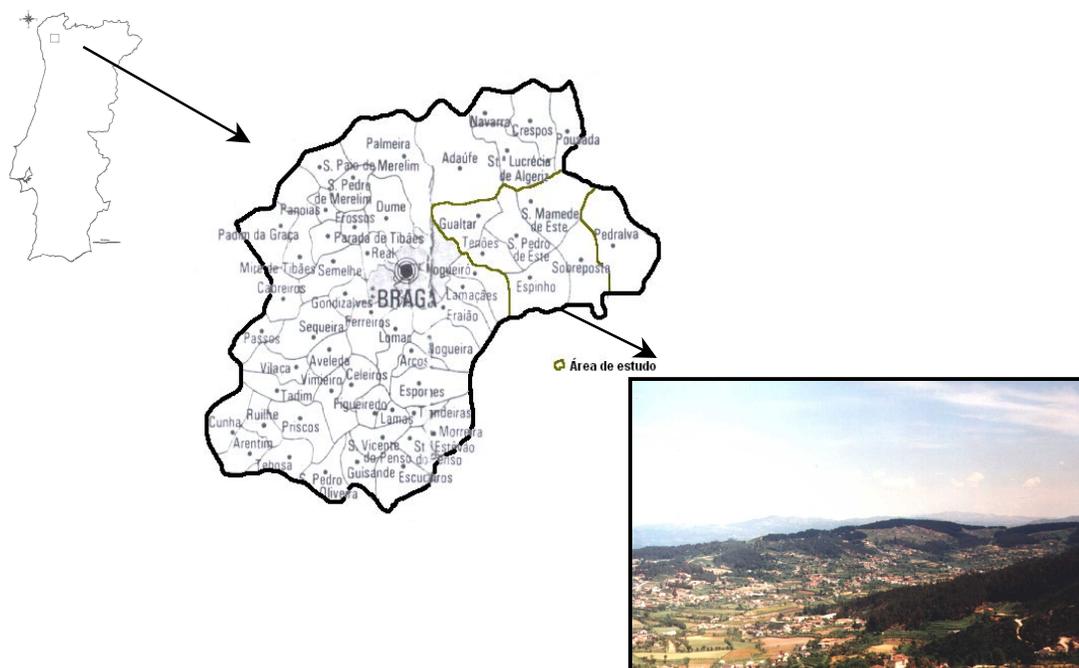


Figura 1 - Localização da área de estudo

4. Geomorfologia

Os elementos geomorfológicos mais importantes a ter em conta são os declives e a exposição de vertentes.

Relativamente aos declives as classes com maior representatividade constituem os extremos na área de estudo, isto é, correspondem aos declives entre os 2 e 8% (26,1% de área) e aos declives superiores a 32% (29,3% de área), tendo, este último maior expressão. A classe com menor expressão é a que se situa entre os 24 e os 32% correspondendo somente a 7,1% da área.

No que diz respeito à exposição de vertentes são as vertentes expostas ao quadrante Oeste que predominam (49,8%), sendo as expostas a Noroeste as que ocupam maior área (21,3%).

Ao relacionar-se os declives com a exposição de vertentes podemos encontrar o déficit de insolação de determinada área que constitui um processo morfogenético importante para o desenvolvimento das actividades humanas.

Assim sendo, a área de estudo não apresenta um déficit de insolação muito elevado, apesar de 35,5% das vertentes estarem expostas ao quadrante Norte. Estes aspectos, relacionados com o facto do concelho receber entre 2200 e 2400 horas de insolação anuais, contribui para que se considere como um local relativamente privilegiado para a florestação.

5. Clima

Braga é um concelho com clima húmido, na medida em que só ocorrem dois meses secos por ano (Julho e Agosto). A estes dois meses secos correspondem os dois meses mais quentes do ano com 20,2°C e 19,8°C respectivamente.

Em média por ano precipitam-se 1514 mm, registando-se os maiores valores médios nos meses de Inverno (cerca de 41% do total anual) que, conseqüentemente, registam o maior número médio de dias com precipitação superior a 0,1, 1 e 10mm.

Relativamente à temperatura, Braga apresenta grandes amplitudes térmicas anuais uma vez que as temperaturas médias máximas são de 27,2°C (Julho) e as temperaturas médias mínimas de 4,5°C (Janeiro).

Deste modo, os valores de humidade relativa são muito elevados, sendo arrastados pelos ventos predominantes de Oeste.

6. Hidrografia

A área de estudo corresponde às cabeceiras do rio Este, sendo este o curso de água principal (que neste local possui a denominação de ribeira de Gualtar). Esta é uma sub-bacia, fazendo parte da bacia hidrográfica do rio Ave.

Relativamente às margens do rio Este, estas sofreram muito a influência do Homem, tendo sido tirado espaço ao curso de água para terrenos agrícolas ou alteradas para aproveitamento energético (moinho de água). O principal aspecto que demonstra a influência do Homem neste curso de água é observado pela poluição das suas águas, apesar de encontrarmo-nos no seu troço inicial.

7. Solos

Braga é caracterizada pela existência de cambissolos húmicos. Estes possuem uma fertilidade variável, consequência da existência de uma rocha-mãe, clima e vegetação natural variável também.

De acordo com o Plano Director Municipal de Braga (1994), do ponto de vista agrológico, a maior parte dos solos são de textura ligeira, franco arenosos.

No que diz respeito à aptidão, verificamos que os solos com melhores aptidões agrícolas (solos de classe A) ocupam 20,4% da área de estudo, localizando-se, a sua maior parte, até aos 250 metros de altitude, logo, no fundo do vale. Mas são os solos de classe C que ocupam maior área (29%). Nestes últimos, a agricultura é praticada em socalcos com declives superiores a 8%.

Face a esta situação, a carta de condicionantes do Plano de Director Municipal (1994) não apresenta uma compatibilidade, isto é, a Reserva Agrícola Nacional (RAN) ocupa 11,5% da área, enquanto que a área dos solos de classe A é superior (20,4%). O mais preocupante é que desses 11,5%, só 5,1% é que é considerado RAN em solos de classes A, pois o resto já está ocupado com área social. Este último aspecto também se torna preocupante, na medida em que se verifica a ocupação de solos com óptimas condições para a prática agrícola com área social.

No que diz respeito à Reserva Ecológica Nacional (REN) esta ocupa uma área maior (30,6%), localizando-se, na sua maioria, nas áreas de fortes declives.

Relativamente ao uso do solo, verificamos que desde o período 1993-95 a 1999, a área social tem registado um aumento significativo (cerca de 22%). Este valor é acompanhado pelo decréscimo das *Outras Utilizações*, que inclui incultos, afloramentos rochosos, áreas não ocupadas por qualquer actividade. Este aumento verifica-se, na sua maioria, na freguesia de Gualtar que com a dinamização e ampliação da Universidade do Minho (que se situa nesta freguesia), fez aumentar a construção duma série de outras infra-estruturas necessárias, levando, por isso, ao aumento do uso do solo por parte de obras de engenharia civil.

8. A floresta

A evolução da área florestal da bacia da ribeira de Gualtar tem mantido o mesmo valor entre 1993 e 1999, tendo sido registado um único aumento significativo (4,3 ha) entre 1948 e 1993.

Em termos de espécies, o Pinheiro Bravo é a espécie dominante com 55,3%, logo de seguida temos as Folhosas com 21,3% e o Eucalipto com 14,9%. Os povoamentos mistos de Eucaliptos e Pinheiros Bravos ocupam 8,5% da área total desta bacia.

No que diz respeito ao número médio de incêndios e área ardida, a sua maioria ocorreu na freguesia de Espinho, devendo-se ao facto desta freguesia albergar uma das maiores matas do concelho (Bom Jesus). Nas outras freguesias, os valores relativamente elevados de área ardida devem-se ao facto de a maior parte da área de estudo possuir fortes declives.

Um aspecto importante a realçar é que a proximidade das áreas sociais (principalmente da área industrial situada a NNW do Crasto 1º) aumentará o risco de incêndio.

Concluindo, apesar da nossa área possuir uma superfície considerável potencial risco de incêndio (de acordo com a carta de risco de incêndio do P.D.M. de Braga), só ocorreram 11% dos incêndios e só ardeu 23,6% de toda a área ardida do concelho.

9. Algumas medidas para a preservação da ruralidade

Quando se fala em ambiente rural e na sua preservação não se está a referir somente a agricultura e às práticas a si relacionadas. Estamos a falar de outros aspectos tais como o tipo de edificação, tipo de construção, tradições, entre outros, que no final irão dar origem a uma paisagem rural.

Ora, no concelho de Braga e mais propriamente na área de estudo, devido à sua proximidade com o espaço urbano, essa preservação terá como função principal regular e condicionar a expansão urbana caótica que se tem vindo a sentir em Braga.

Para isso, uma série de medidas poderão ser tidas em conta.

A primeira delas diz respeito à relação entre aptidão e uso do solo. É certo que quando se pensa em desenvolvimento de um território é, algumas vezes, impossível evitar a ocupação de solos óptimos para a prática agrícola por parte das obras de construção civil. Assim sendo, as áreas florestais localizadas em áreas de RAN deverão ser substituídas pela agricultura, passando a ocupar as áreas não utilizadas com qualquer actividade.

Uma outra medida passa pela utilização de um outro recurso natural, floresta, que constitui uma peça fundamental para se conseguir impedir o avanço da ocupação inadequada do solo.

A utilização deste recurso também requer que seja realizada de forma ordenada e planeada. Deste modo, são três os elementos a ter em conta no planeamento florestal (Matos, 2000):

- **declives:** o único problema reside no aumento dos custos de produção. Apesar disso o declive não constituirá um problema grande porque apesar de 29,3% da área possuir declives superiores a 32%, eles não ultrapassam valores exagerados;
- **déficit de insolação:** também não constitui problema, pois a maior parte da área encontra-se entre as 71% e 90% de horas com insolação normal;
- **espécies florestais:** ela deverá ser diversificada e agrupada em povoamentos mistos, separados por corta-fogos. Deste modo, as principais espécies a ter em conta são o carvalho (*Quercus*), castanheiro (*Castanea*) que servirão de compartimentação tanto às folhosas como às resinosas como o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*).

Um aspecto muito importante é que o eucalipto deve começar a perder importância uma vez que faz diminuir as reservas de nutrientes no solo devido ao seu rápido crescimento, descaracteriza a paisagem e não favorece a protecção dos solos

Uma outra medida poderá passar pela criação de um centro de educação ambiental, ligado tanto à agricultura (através da criação de um local onde existam várias espécies hortícolas e não só, onde se poderá ensinar como funciona a vida no campo), como à floresta (através do incentivo à limpeza e conservação), como ao próprio rio (através da limpeza do próprio curso de água como das suas margens, recuperação de moinhos existentes). Tudo isto poderá estar ligado de uma forma directa tanto ao turismo de consumo interno (do próprio concelho), como externo através de acções desportivas ligadas à natureza, com a criação de percursos temáticos com acompanhamento.

Todas estas medidas apresentadas poderão ter sua expressão na criação de corredores verdes. De acordo com Vasconcelos (2000). “os corredores verdes são identificados por vários especialistas como contribuindo para objectivos de carácter social (e.g., apoio ao recreio, combate à exclusão social) (Smith *et al*, 1993)”, para além de contribuírem para a resolução de problemas ecológicos (como o da poluição aquática, destruição de habitats, entre outros).

No final, esta área, tal como outras, poderão contribuir para um melhoramento do nível de qualidade de vida dos habitantes de Braga (de um ponto de vista visual,

estético e de relação com o meio ambiente), demonstrando que não é fundamental só construir; sendo também importante que se construa de forma conscienciosa e harmoniosa onde todos possam “lucrar”: o Homem e a Natureza.

10. Conclusão

“A paisagem urbana de uma cidade em franco crescimento tem, evidentemente, um ritmo de evolução muito diverso do de uma paisagem rural de montado. Contudo, não se pense que esta última é estática e sempre igual. Apenas os ritmos evolutivos são diferentes” (Pereira, 2000). São estas diferentes evoluções que devem ser respeitadas e valorizadas, pois constituirão tanto lugares de refugio ao estilo de vida *stressante* característico dos meios urbanos como contribuirão para a diversificação da paisagem.

Actualmente, “as funções atribuídas ao espaço rural têm evoluído no seu conteúdo e nos seus limites [...]. O espaço rural deixou de ser palco exclusivo do sector agrícola e torna-se agora cenário de outras actividades e novas procuras; tal é o caso da actividade turística que começa a impor-se cada vez mais e com maior força em meio rural” (Robalo, 1998).

Em áreas periféricas este tipo de actividade poderá não fazer muito sentido, embora não deve ser descurado. A grande aposta poderá passar pelo desporto de natureza, associado à educação ambiental e às práticas de lazer. Neste sentido, uma série de outros factores terão que ser tidos em conta, nomeadamente, a acessibilidade a estes locais (pois a maior parte deles encontram-se afastados do centro urbano) tanto a nível de infra-estruturas como de meios de transporte, sua manutenção através da vigilância e o acesso a todo o tipo de pessoas, independentemente da idade ou estrato sócio-económico.

Deste modo, “os aspectos ligados à integração dos valores naturais no tecido urbano existente ou em expansão, a expressão, o uso e a localização dos espaços verdes e de recreio de ar livre, a gestão racional dos recursos naturais disponíveis, constituem novos referenciais do planeamento urbanístico e do ordenamento e gestão do território” (Fadigas, 1993)

11. Referências Bibliográficas

- Fadigas, Leonel S. (1993) – “A natureza na cidade – uma perspectiva para a sua integração no tecido urbano”, Tese de Doutoramento, Faculdade Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa;
- Matos, Marta (2000)– “A importância da análise biogeofísica para o planeamento do solo e da floresta – Cabeceiras do rio Este, Seminário com Relatório de Investigação, Secção de Geografia, Universidade do Minho, Guimarães, [Texto Policopiado];
- Partidário, Maria Rosário (1999) – “Introdução ao Ordenamento do Território”, Universidade Aberta, Lisboa;
- Pereira, A. C. Ramos (2000) – “Corredores Geomorfológicos: um contributo para a delimitação de corredores verdes”, resumo apresentado no *Seminário Corredores Verdes na Área Metropolitana de Lisboa*, 29 e 30 Novembro, Fórum Lisboa, Lisboa;
- Robalo, Fernanda R.M.P (1998) – “Turismo no espaço rural: impacto sócio-económico no desenvolvimento local e regional”, Tese de Mestrado, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Braga;
- Saraiva, M.Graça A.Netto (1999)– “O rio como paisagem”, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa;
- Vasconcelos, Lia T. (2000) – “Desenvolvimento sustentável e corredores verdes”, resumo apresentado no *Seminário Corredores Verdes na Área Metropolitana de Lisboa*, 29 e 30 Novembro, Fórum Lisboa, Lisboa.

12. Fontes

- Câmara Municipal de Braga - Plano Director Municipal de Braga, 1994;
- Clima de Portugal, Fascículo XLIX, Volume 1 – 1ª Região, Normais Climatológicas da Região de «Entre Douro e Minho» e «Beira Litoral», correspondentes a 1951-1980, I.N.M.G., Lisboa, 1990.